

Cotidiano, Mídia e Mercado- representações do cotidiano e suas articulações com o mercado no jornal Folha de S. Paulo ¹

Carla Reis Longhi ²
Universidade Paulista
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RESUMO

Este artigo é fruto e parte de pesquisa individual desenvolvida na Universidade Paulista. Esta discute as representações midiáticas da sociabilidade urbana, tomando a cidade de São Paulo como eixo de discussão e as representações sobre a mesma no jornal Folha de S. Paulo, no período de junho de 2009 a novembro de 2009, como corpus de pesquisa. Para este artigo propomos a reflexão sobre as representações midiáticas de setores excluídos da lógica de mercado, inseridos numa dinâmica em que o cotidiano ganha status político. Assim, propomos a reflexão sobre a condição dos favelados no contexto da cultura midiática, ponderando sobre as estratégias de construção das representações sociais. O artigo toma como base as discussões de Michel Certeau sobre o cotidiano, de Michel Foucault sobre o poder e as reflexões de Canclini e Miranda sobre cultura e representações midiáticas propondo, então, a análise das articulações entre as representações midiáticas sobre os excluídos e o papel do mercado na estruturação do espaço e do discurso do jornal.

PALAVRAS-CHAVE: mídia impressa, representações, cultura midiática, cotidiano.

Este artigo é fruto e parte de pesquisa individual desenvolvida na Universidade Paulista. Esta discute as representações midiáticas da sociabilidade urbana, tomando a cidade de São Paulo como eixo de discussão e as representações sobre a mesma no jornal Folha de S. Paulo, no período de junho de 2009 a novembro de 2009, como corpus de pesquisa. Este projeto se desdobra em pesquisas sobre o espaço urbano; sobre a esfera pública; sobre o significado da mídia impressa no contexto contemporâneo; sobre o modo como a grande imprensa concebe o poder e o articula em seu discurso, além de reflexões sobre o modo como distintos grupos sociais são representados neste meio. Neste artigo, articulamos a exemplificação de uma representação social com as lógicas de mercado na construção do discurso jornalístico. Assim, partimos de pesquisas já elaboradas por nós sobre a representação dos excluídos neste jornal propondo, contudo, a articulação destas representações com as lógicas de mercado, em culturas urbanas. Ao ponderar sobre as

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Culturas Urbanas do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora titular do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Paulista e professora do Departamento de História da PUC/SP. Texto enviado para o GP 'Comunicação e Culturas Urbanas'

culturas urbanas, propomos a reflexão sobre o sentido do cotidiano em nossa contemporaneidade, bem como, as novas formas de percepção do social.

FAVELAS: DAS ORIGENS À POLITIZAÇÃO DO COTIDIANO

O grupo social aqui recortado- os favelados- mostra-se como um eixo interessante pois apresenta, ao mesmo tempo, o percurso de transformação do espaço urbano e do cotidiano na cidade de São Paulo. A formação deste grupo remonta ao final do séc. XIX, presente em suas origens na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República. Quando retomamos o período, vemos que a modalidade predominante de moradia das populações carentes era o cortiço, que diferentemente das favelas, era organizado em moradias coletivas, situadas em áreas centrais da cidade. Chahloub (1996) analisa exatamente o processo de construção de um discurso sobre os cortiços, no intuito de exterminá-los, identificando-os tanto com lugares que favoreciam o crime quanto com a proliferação de doenças, daí a associação ao termo de ‘classes perigosas’. O conceito será construído lentamente, da apropriação de ideias europeias, resignificadas para o contexto brasileiro, contexto este que carregava o problema da recém abolição da escravatura e da entrada de um grande número de imigrantes; certamente, o problema inicial é o de como controlar os negros libertos, já que não eram a mão de obra privilegiada, substituída pela mão de obra imigrante e, ao mesmo tempo, como viabilizar um projeto urbano modernizador à capital, sem a presença dos cortiços nas áreas centrais. Há a construção social da ideia de ‘classes perigosas’ vinculada ao trabalho, bem colocada por Chalhoub ao recuperar os debates legislativos:

“...para os nobres deputados, a principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito da poupança, que, por sua vez, se reverte em conforto para o cidadão. Desta forma, o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como o maior vício possível em um ser humano é o não-trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial; em cidadãos nos quais não abunda a virtude, grassam os vícios, e logo, dada a expressão ‘classes pobres e viciosas’, vemos que palavras ‘pobres’ e ‘viciosas’ significam a mesma coisa para os parlamentares.”(Chalhoub,1996,22)

Notamos a presença do referencial liberal estruturando estas ideias; há uma valorização da ação individual, baseada na competência para o trabalho; é a ética do trabalho, elemento este que se constitui como o ordenador social, que justifica a riqueza, o acúmulo e a diferença e pune a pobreza, criando um arcabouço moral e racional para o controle social. Destacamos o fato de que neste momento do capitalismo, a riqueza e expressão de riqueza se davam essencialmente pelo acúmulo de bens, diferentemente do que veremos no contexto mais contemporâneo. Aos poucos, o conceito de ‘classes

perigosas’ foi sendo ampliado, incorporando o discurso científico da medicina, ao associar os espaços de moradia coletiva com focos de irradiação de doenças contagiosas. Trata-se de um contexto em que o discurso científico se propagava e adquiria status de ‘verdade’ amparando, inclusive, as pesquisas de cunho social; como coloca Foucault a ideia de verdade anuncia a exclusão de tudo que não está contida nela e torna-se inquestionável pois, a ideia de verdade é naturalizada, dada, e não vista como uma suporte conceitual construído historicamente. Desta forma, valida a ação política e o modo de pensar de uma elite econômica e social:

“ Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios hoje.” (Foucault, 1996, p.17)

Neste sentido, o interesse destes diferentes grupos era o de excluir e controlar, justificando a necessidade da higienização do espaço urbano, acabando com este tipo de moradia, retirando-os da área central da cidade, elementos que completariam o projeto urbano modernizador. Esta proposição foi discutida e registrada em diferentes tipos documentais, como textos literários, jornais e documentos oficiais pois, como indicado por Foucault, todo discurso de verdade possui uma ritualização através de espaços/ instituições que o legitima e que são eles próprios considerados espaços legítimos de elaboração discursiva. Vemos, neste momento, o Estado e suas instituições amparando a elaboração discursiva, acompanhados pela intelectualidade distribuída entre literatos, jornalistas e cientistas. O projeto de destruição dos cortiços associa-se diretamente à formação das favelas. Os primeiros registros identificam a formação de uma favela, no Rio de Janeiro, no Morro da Providência, então denominado Morro da Favella em 1897,³ com os primeiros registros fotográficos desta modalidade social em 1912; segundo Valladares ‘Seu caráter de “espaço provisório” certamente contribuíra para que não lhe fosse dado qualquer destaque nos censos oficiais de 1920 e 1940. Lembremos que somente em 1937, com o *Código de obras*, a favela passa a existir oficialmente como parte do território do Distrito Federal.’ (Valladares, 2000, p.23)

Diferentemente dos cortiços, as favelas apresentam moradias individuais e são estabelecidas em áreas inicialmente marginais aos centros urbanos, normalmente nos morros que circundam as áreas centrais e, aproximando-se dos cortiços, apresentam

³ Minhas pesquisas identificaram uma contradição em relação à data de formação da favela no Morro da Favella. Chalhoub indica 1897 e Valladares indica a data de 1887.

pouquíssimas condições de infraestrutura, inicialmente não tendo água encanada, luz, etc. Em função disto, constituíram-se neste contexto, como um problema social, dentro do discurso higienizador, com a diferença que representavam menor risco à sociedade em função da distância estabelecida ao saírem das áreas centrais. A problemática, então, remonta à formação da República e não é assumida pelo poder público.

Os anos 1950/1960 representam um importante momento para esta questão, pois apontam para a postura do poder público em relação à mesma. Kowarick (1994) entende que nestes anos prevaleceu o ‘laissez-faire urbano’ como postura de Estado; aqui já nos referimos aos desdobramentos da questão na cidade de São Paulo. Para o autor, a política pública de moradia do período pré-militar foi a de fechar os olhos às demandas sociais: a população de São Paulo crescia em função do ciclo industrial dos anos 1950, com novo processo migratório, criando grande adensamento urbano e o governo agiu

“...no sentido de permitir às volumosas e crescentes levas populacionais se fixarem onde e como pudessem no cenário metropolitano, acelerando um padrão periférico de crescimento baseado na autoconstrução de moradias em terrenos clandestinos e destituídos de serviços básicos” (Kowarick, 1994, 147)

Notamos a conformação de uma estratégia de política pública, de criação de mão de obra excedente para seu barateamento, cuja consequência era a da diminuição dos custos sociais do Estado, obrigando a população a arcar com os custos da construção da moradia e se isentando de fornecer infraestrutura. Esta situação é intensificada nos governos militares ‘impulsionado pelo arrocho salarial e pela intensificação da especulação imobiliária, num período de acentuado crescimento industrial e expansão da metropolização. Em face dos salários imperantes, o acesso ao lote próprio só se mostrava viável onde a terra fosse destituída de benfeitorias.” (Kowarick, 1994, 160).

Ao mesmo tempo em que o Estado se eximiu de assumir suas funções sociais, inclusive de regulamentação de políticas públicas, favoreceu a ação de setores econômicos, que enriqueceram rapidamente. Assim, segundo o autor, alguns nichos do mercado cresceram desproporcionalmente nestas décadas, com destaque para os setores imobiliários, que vendiam terrenos com perfil de área rural, sem estrutura, a preços de lote urbano, lucrando rapidamente e valorizando o preço do lote em função da procura. O outro setor que cresceu desproporcionalmente foi o dos transportes coletivos, especificamente as empresas de ônibus, que tinham condições de chegar aos recônditos do estado, sem custos de grande infraestrutura, típicos de outras formas de transporte, como os trens. Por um lado vemos, então, descompromisso com a sua função social e por outro lado, enérgico controle

repressor sobre estas mesmas demandas, inviabilizando a organização social e garantindo um crescente e contínuo aumento das diferenças sociais. Notamos então, por um lado, a ausência do Estado em funções que seriam suas; a atuação de setores do mercado que crescem desproporcionalmente, com a aquiescência do mesmo Estado; ao mesmo tempo, temos uma nova organização urbana, com grande adensamento populacional, em função das levas migratórias em procura de emprego e condições de vida. Apesar da lógica repressiva, já nos anos 1970, estes trabalhadores passam a pressionar por melhores condições de vida, entendendo que suas questões prioritárias são as questões cotidianas, na luta pela água encanada, pelo esgoto, pela creche, etc.

O conceito de cotidiano e logo de esfera pública sofre alterações. Aos poucos o cotidiano vai perdendo a condição de esfera dos assuntos privados, adentrando a esfera pública e politizando estas mesmas questões privadas. Aos olhos destes moradores das favelas e bairros da periferia, as questões cotidianas eram as questões relevantes e o fazer política era o lutar por estas questões. Diferentes depoimentos mostram (Sader, 1988) a desvalorização, por parte destes novos trabalhadores e moradores urbanos, do entendimento de política tradicional e o distanciamento em relação a elas; estes moradores não queriam nem buscar os políticos tradicionais como interlocutores, nem participar de discussões da política partidária. As próprias táticas de luta são renovadas, na organização de associações de bairro, participação nas Comunidades Eclesiais de Base e nos protestos públicos. Vemos então, que os anos 1970 (e também os anos 1980) mostram-se como um divisor de águas pois, por um lado reforça-se uma postura do Estado, ao mesmo tempo ausente e repressor; esta postura compõe-se com demandas de mercado, garantindo intenso crescimento e enriquecimento para alguns nichos de mercado. Por outro lado, as demandas sociais crescem e estes novos setores urbanos passam a pressionar por direitos, politizando as questões cotidianas, o que significa alterar o entendimento tanto do cotidiano, quanto da política. Aqui nascem e proliferam os diferentes movimentos sociais⁴, que englobam os movimentos das mulheres, dos negros, dos homossexuais, além de movimentos com vínculos classistas, como as associações de bairro, os movimentos sindicais, os movimentos dos sem terra, entre outros.

DA POLITIZAÇÃO DO COTIDIANO À ESTETICIZAÇÃO DA CULTURA

⁴ Alguns movimentos já existiam, como o movimento das mulheres e os movimentos sindicais, mas ganham novos sentidos

Todo este cenário ganha maior complexidade nas décadas seguintes, pois profundas mudanças econômicas, políticas e culturais se processam sob o nome genérico de globalização. Segundo Milton Santos:

“ Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir deste mito e do encurtamento das distâncias- para aqueles que realmente podem viajar- também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas” (Santos, 2006,p.18/19)

Com Santos vemos a complexidade da discussão sobre globalização, pois a mesma compõe discussões de cunho econômico, político, social e cultural e cada âmbito comporta uma multiplicidade de questões e interfaces. Além disto, como indica o autor, há uma imagem construída sobre a noção de globalização que não se efetiva nas relações cotidianas, constituindo o que ele denomina de globalização como fábula e como perversidade. Ponderando por partes, vemos uma quebra das fronteiras econômicas apresentada como abertura geral (fábula), mas que de fato não se processa em termos políticos, pois as fronteiras nacionais caminham cada vez mais para um protecionismo e controle dos cidadãos participantes e nem em termos econômicos, pois a globalização garante a concentração de riqueza, daí a perversidade. Há, contudo, uma nova conformação cultural, múltipla e fragmentada, tipicamente urbana, que põe em questionamento conceitos de cultura presentes até este momento, calcados num pensamento binário –campo x cidade/ culto x popular/ nação x exterior. Canclini adentra nesta questão e ao problematizá-la ‘Como analisar as manifestações que não cabem no culto ou no popular, que brotam de seus cruzamentos ou em suas margens?’ (Canclini, 2006, p.283), propõe a conceituação de ‘culturas urbanas’, conceituação esta que não concebe mais eixos culturais próprios mas, ao contrário, culturas entrecortadas por múltiplas influências, passando por um processo de desterritorialização, descolecionamento, quebrando a possibilidade de se pensar de modo binário, seja para ponderar sobre uma cultura nacional, seja para ponderar sobre o culto e o popular. Isto obriga a analisar objetos específicos, ponderando sobre as formas de interconexão do global-local em cada objeto em seus processos de reterritorialização. Ao analisar o grupo social aqui proposto, a partir desta conceituação, partimos da reflexão do mesmo autor:

“ ao contrário, viver em uma grande cidade não implica dissolver-se na massa e no anonimato. A violência e a insegurança pública, a impossibilidade de abranger a cidade (quem conhece todos os bairros de uma capital?) levam a

procurar na intimidade doméstica, em encontros confiáveis, formas seletivas de sociabilidade. Os grupos populares saem pouco de seus espaços, periféricos ou centrais; os setores médios e altos multiplicam as grades nas janelas, fecham e privatizam ruas do bairro. Para todos o rádio e a televisão, para alguns o computador conectado para serviços básicos, transmitem-lhes a informação e o entretenimento a domicílio.”

As articulações global-local trazem especificidades que enriquecem as diferentes pesquisas e a inviabilidade de reconhecer o todo intensifica o papel das diferentes mídias na construção das referências sociais. Este processo, contudo, vem acompanhado da intensificação da racionalidade técnica, trazendo a lógica da produção econômica para o campo da produção cultural, ou, como problematizado por Miranda um processo de esteticização da cultura “Isso deve-se sobretudo à incapacidade para perceber o novo papel da técnica que deixou de ser um simples instrumento racional, um meio, para afetar crescentemente a própria constituição da experiência contemporânea” (p.8)

Todos estes fatores precisam ser considerados ao se abordar este contexto de cultura midiática. Neste artigo propomos a observação de uma mídia específica e segmentada: a mídia impressa, no segmento da grande imprensa. O jornal Folha de S. Paulo é lido por setores das classes A e B e assim sendo, buscamos recompor o modo como este jornal constitui a referência sobre um grupo de excluídos- os favelados- para os seus leitores. Como colocou Canclini, as diferentes mídias fazem o papel de construir as referências sociais através das representações criadas sobre os mesmos e segundo Miranda “É que afinal o ‘mundo’ acaba por se tornar numa ‘imagem’ entre inúmeras outras...” (Miranda, 2002,p. 111)

O jornal foi observado por seis meses, de junho a novembro de 2009, sendo priorizado o Caderno Cotidiano, em função do recorte proposto para esta análise. Observemos a tabela abaixo. Notamos que o grupo social identificado neste artigo foi objeto de análise do jornal em 10% de suas edições:

	Total de edições	Total de edições com o tema	Total de edições com o tema na capa
Caderno Cotidiano	183	18	5

Propomos algumas categorias analíticas para ponderar sobre as matérias que trazem o tema recortado; primeiramente, estabelecemos uma distinção entre matérias que analisam negativamente as favelas e tabelas que analisam positivamente; por positivo propomos a apresentação de questões que contribuem para a construção de representações múltiplas sobre a favela, sendo que, então, por negativo propomos a referência há uma imagem única

e engessada sobre o tema. Das 18 edições observadas 3 edições trabalharam com matérias que davam destaque positivo ao tema. A primeira (edição de 02-09) faz parte de um conjunto de matérias presentes nesta edição, tendo a matéria de capa e duas outras matérias em páginas internas, com postura analítica distintas; na matéria da pag. C4 temos uma entrevista com Raquel Rolnick (profa. da FAU e relatora da ONU para o direito à moradia); pela sua formação e condição profissional, apresenta uma visão distinta da predominante ao longo do jornal e desta mesma edição, indicando a extrema importância de se olhar a favela buscando compreender suas múltiplas faces “ O maior desafio é a integração plena, a eliminação da fronteira que separa a favela do bairro.”. Duas outras matérias, de edições distintas, destacam aspectos positivo. A primeira (fig. 1) é a edição de 04/09, tendo o destaque abaixo na capa e a segunda (fig. 2) é da edição de 25/10, com matéria única:

fig. 1

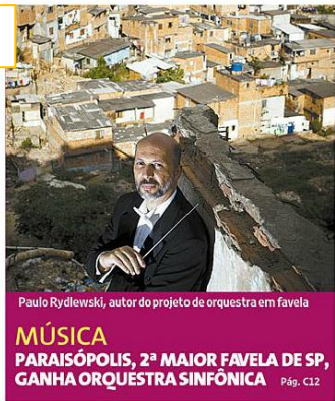


fig. 2



Podemos notar nos exemplos acima a discussão cultural proposta por Canclini; independentemente da intencionalidade do jornal, ele acaba indicando ‘uma cartografia alternativa do espaço social’ (Canclini, 2006, p.314), baseada mais nas noções de ‘circuito’ e ‘fronteira’. O destaque abaixo da matéria sobre a orquestra em Paraisópolis mostra que este é um projeto inovador nesta favela, mas já presente em Heliópolis desde 1996, com contínuas apresentações relevantes; estes aspectos, suas repercussões, suas ressignificações não são discutidas pelo jornal, que mantém uma perspectiva dual sobre a favela.

fig. 3

Paraisópolis é o bairro líder de desemprego da capital e está em sua região menos escolarizada, segundo o instituto de pesquisa Datafolha. São quase 17,2 mil imóveis —na maioria, de tijolos— cercados por prédios de classe média ou alta dos bairros próximos, como o Morumbi.

A maior favela da cidade, Heliópolis, com 18 mil imóveis, tem sua orquestra desde 1996. Criado por Silvio Baccarelli, o grupo se apresentou para o papa Bento 16 na catedral de São Paulo em 2007, nos teatros municipais de São Paulo e do Rio de Janeiro, entre outros eventos, como um jogo da seleção brasileira de futebol.

Tanto a música erudita quanto os eventos culturais do interior são apropriados em novos espaços e resignificados em suas ritualidades, intenções e sentidos. A segunda matéria (fig. 2) é emblemática para esta questão: o rodeio tem o nome de ‘1º. Cowboy Fest de Paraisópolis’ compondo influências norte-americanas, no título, na referência à figura do Cowboy, aliada ao rodeio regional, na figura do peão, este também transposto do meio rural para a cidade, tudo organizado por um empresário nordestino, o pernambucano José Ivanildo Gomes e seguido de shows de pagode, dificultando a definição de territórios culturais claros, nacionais, regionais ou de classe. Apesar disto, o jornal persiste numa visão tradicional sobre a cultura, definindo papéis mais engessados para os diferentes sujeitos, numa persistência que se constitui na repetição destes mesmos papéis. Aqui são os processos de representação criados pelo jornal, continuamente reforçados. Três edições propuseram matérias que traziam uma oscilação entre destacar aspectos positivos da favela e reafirmar marcas que caracterizam seus problemas, como na matéria que traz a manchete: “Favelas recebem encomenda sob escolta”; há o indicativo do consumo, pois seus moradores compram eletrodomésticos, como geladeiras, fogões, etc, numa circularidade que se dá, nos bens materiais e simbólicos consumidos, mas, os lugares onde moram são violentos e as empresas de entregas organizam escoltas armadas, para proteger os patrimônios. Aqui apenas se indica o que as outras edições reforçam: por um lado a mazela e por outro, a criminalização da pobreza.



Para a reflexão sobre a visão negativa das favelas, propusemos duas outras categorias: a categoria ‘mazela’ para apontar um discurso descritivo que denuncia as más condições sem questioná-las ou problematizá-las e a categoria ‘culpa’, que ao mesmo tempo em que denuncia a pobreza, criminaliza-a. Assim, o discurso predominante na maioria das matérias (em 13 edições de um total de 18) destaca os aspectos negativos, tratados ora como mazelas ora como consequência de suas próprias, condições; esta modalidade de texto tem, normalmente, características descritivas, mostrando a pobreza (fig. 4); a falta de moradia em matérias sobre os desalojamentos impostos pelo poder público; o desespero das mães e familiares e o sofrimento das crianças (fig. 5); incêndios

(fig. 5) que culminam na perda dos ínfimos bens, como destacado nas imagens acima. Na modalidade que traz a dicotomia mazela-culpa, vemos as seguintes estratégias de elaboração:

fig. 6



fig. 7



Nesta modalidade, as mazelas e as ações destes excluídos relacionam-se ao mesmo aspecto: o papel social destes sujeitos despossuídos dentro da lógica liberal, em contexto líquido. De certo modo, vislumbramos a permanência de parte do conceito de ‘classes perigosas’, apresentado no início do artigo. O vínculo ao trabalho, como valor, fundamentava a pobreza como escolha e colocava toda a responsabilidade sobre o indivíduo, pensamento este liberal. Aqui, toda a responsabilidade continua concentrada no indivíduo, que escolhe ocupação clandestina e precisa arcar com os riscos e, além disto, pratica ou favorece a violência; em nenhuma matéria há a cobrança do papel do estado com políticas públicas ou o questionamento às ordens de desalojamento, no cumprimento do direito de posse, ou por fim, da exploração econômica que leva milhares de pessoas a viverem em condições sub-humanas; em todos os aspectos, prevalece o pensamento liberal. O que mudou do conceito inicial foi o seu vínculo a um projeto de higienização. No lugar deste vemos a construção da criminalização social, posta de diferentes formas. Na construção discursiva, o morador da favela é hostil (fig. 6) gratuitamente, recebendo mal visitantes que só pretendem ajudá-los; No caso da (fig. 7) há a construção discursiva que indica um pacto ou rendição ao tráfico, tornando-se foco de violência, causando o repúdio de parte da sociedade e a reação da polícia; esta formulação prevalece.

A capa da edição abaixo é bastante interessante quanto ao aspecto que estamos discutindo, pois nos possibilita sairmos da dimensão do texto, para ponderarmos sobre a relação do mesmo com o todo do jornal, ou seja, o texto vinculado às imagens e manchetes, pensados na diagramação da página e esta na relação com a política editorial do jornal. A matéria é sobre Heliópolis, dia 06/09, favela que dias antes (02/09) havia entrado em confronto com a polícia em função da morte de uma jovem por bala perdida. “Após confronto, Heliópolis pede tratamento melhor” é o título da matéria. Percebemos aqui, claramente, as estratégias e táticas em jogo:

fig. 8



Por estratégias Certeau entende:

“ o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes, concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa)...É também um domínio dos lugares pela vista. A divisão do espaço permite uma prática panoptica a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar portanto e ‘incluir’ na sua visão.” (CERTEAU, 1994 , p. 99/100)

A capa desta edição articula uma matéria, cujo título destaca um desejo de condição social e uma peça publicitária que expõe este desejo de forma clara, num projeto de moradia. De certo modo são dois produtos distintos dentro da diagramação da capa, mas o diálogo que se articula demonstra, primeiro, a estratégia do mercado que rege as perspectivas sociais, indicando que dentro da lógica capitalista, um lugar circunscrito, a felicidade se realiza com dinheiro e capacidade de consumir estes produtos materiais e simbólicos, incluindo na visão dos sujeitos sociais os objetos de desejo e definindo ‘um domínio dos lugares pela vista’. Esta lógica, composta com o conteúdo contínuo das matérias sobre este grupo social, corrobora a individualização e responsabilidade reflexiva, delegando a culpa pelo fracasso ao indivíduo. Estes lugares são também os espaços da diagramação, que indicam o impacto do mercado sobre o próprio jornal, ao dimensionar os

espaços da página de modo tão desproporcional. Em segundo lugar, demonstra as estratégias do jornal, que demarca sua relação com o mercado, o que por si só já definiria a postura editorial do mesmo, e, confirma os papéis sociais postos para os diferentes sujeitos e o lugar do favelado, que não é consumidor e não consome o produto anunciado, é na fotografia presente no canto superior direito da página, ou seja, produto consumível. Em algumas matérias há uma estratégia discursiva interessante, pois o jornal apresenta um fato, por exemplo a matéria do dia 13/07, situação em que uma jovem e um bebê foram baleados por conta de um tiroteio entre policiais e bandidos. O conteúdo é recorrente; o jornal traz crítica velada à ação policial, pondo em suspeita a veracidade da informação, numa lógica textual de aproximação às vítimas e defesa dos direitos humanos e finaliza o texto “ ainda em fevereiro, dois jornalistas foram feitos reféns na favela, mas acabaram soltos logo depois”; apesar da crítica à polícia, a favela é posta em questionamento, independente da ação da polícia, justamente em relação à ‘idoneidade’ do jornalista, ou seja, a favela é violenta e perigosa, o que possibilita a criminalização social e o que engessa mais uma vez os papéis sociais definidos à priori. Esta lógica discursiva criminalizante e de criação da culpabilidade, jogando para o morador a responsabilidade de sua condição é construída nas matérias com duas estratégias: ou colocado no título como nas figuras 6,7,9 e 10, situações em que se destaca a violência da favela no título (hostis, criminosos, violentos), ou no encerramento do texto, como apontado em referência à matéria do dia 13/07, presente, com gradações, em outras edições.

Um último aspecto que gostaríamos de destacar, mas que em função do espaço deste artigo apresentaremos uma reflexão apenas superficial, diz respeito às estratégias sensíveis, ou seja, ao treinamento que o olhar do leitor sofre com estas lógicas de diagramação, acompanhadas de lógicas discursivas. Observemos as capas abaixo. Aparentemente se trata da mesma edição, inclusive, mesma matéria já que se inicia com o mesmo título ‘moradores queimam’. Três aspectos importantes compõem o cenário: a foto na parte superior direita, o título da matéria e o produto anunciado na peça publicitária. Os três se estruturam do mesmo modo e, certamente, o fato de ser o mesmo produto reforça a aparência:

fig. 9



fig. 10



Necessariamente não houve nem a intenção do anunciante em parecer a mesma matéria, nem a intenção do jornal; mas a estrutura da diagramação é proposta intencionalmente, dentro de uma lógica econômica, para garantir lucro e o que traz como consequência a nosso ver: a intensificação de um olhar disperso e fragmentado. Este já é próprio do homem líquido, continuamente em movimento e mobilizado para diferentes aspectos; dispersão e fragmentação viabilizam o movimento, eixo da lógica líquido-moderna. O leitor, nesta dinâmica veloz, busca o que é similar, pois o reconhecimento do próprio possibilita decodificação na rapidez. A diagramação proposta viabiliza esta lógica do olhar e talvez seja proposital, como projeto editorial, para criar a sensação de completude no menor tempo. Não podemos afirmar isto, mas podemos concluir que a marca é reforçada, e que o conteúdo da matéria poderá ser consumido do mesmo modo que o produto da empresa. A nosso ver, ganha o mercado, perde a informação, pois como questionado por Milton Santos ‘Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas’, esta difusão de informação não informa, não reflete, estabiliza um discurso anteriormente construído e socialmente já reconhecido, continuamente reforçado. A matéria aparece como produto, produto de menor valor, expresso no espaço da página dedicado à mesma e na diagramação, que destaca o similar e não a especificidade. Esta diagramação é recorrente, independentemente do tema da matéria apresentada, como demonstrado abaixo, mas, para o caso específico das figuras

9 e 10 é muito provável que o leitor passe a página dizendo já reconhecer este tipo de conteúdo. Reproduzo abaixo, outras matérias que tem a mesma lógica, no período observado, mas que não discutem o tema recortado; são respectivamente dos dias 11/06; 13/06; 14/06, ou seja, praticamente sequenciais, reforçando o produto.

fig. 11



fig. 12



fig. 13



REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. (2004) **Vida líquida**, R.J. Jorge Zahar, 2007.

_____. **Globalização- as conseqüências humanas**, RJ, Jorge Zahar, 1999.

CANCLINI, Nestor G. **Culturas Híbridas**, S.P, edusp, 2006, 4. ed.

_____. **Cidades e Cidadãos imaginados pelos meios de Comunicação IN Opinião Pública**, Campinas, vol. VIII, n.1, 2002

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**, SP, Vozes, 1994, tomo I

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril- cortiços e epidemias na Corte Imperial**, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. “O Mundo como Representação” IN **Estudos Avançados** n. 11, 1991

_____. **A História Cultural- entre práticas e representações**, Lisboa, Difel, 1990

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**, R. J., Edições Graal, 1988, 7ª. Ed.

_____. **A Ordem do Discurso**, S. P., Edições Loyola, 2010, 20ª. Ed.

KOWARICK, Lúcio (org.). **As Lutas Sociais e a Cidade**, São Paulo, Paz e Terra, 1994.

MIRANDA, José A. Bragança. **Teoria da Cultura**, Lisboa, Edições Século XXI, 2002.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena, São Paulo, Paz e Terra, 1988

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização**, RJ, Record, 2006.

VALLADARES, Lícia. ‘A Gênese da Favela Carioca’ IN Revista Brasileira de Ciências sociais, vol. 15, n. 44, out. de 2000

JORNAL FOLHA DE S. PAULO- CADERNO COTIDIANO- JUNHO DE 2009 NOVEMBRO DE 2009.